

PROJETO INTEGRADOR ESCOLAR (PIE)

Tema do Projeto: Educação Inclusiva na Perspectiva da Equidade, Acessibilidade e Participação Escolar.

1. IDENTIFICAÇÃO DO GRUPO

Grupo: Profissionais PAAIs e PAEE da DRE São Mateus.

Diretoria Regional de Educação: São Mateus.

Rede: Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – PMSP.

Público-alvo: Equipes gestoras, docentes, profissionais de apoio e estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Integrantes

- Profissionais PAAIs da DRE São Mateus:

Ana Carolina Scarabelli Moretto de Paula;

Bruno Carlos Florêncio Nogueira;

Cristina Cunha Cavalin Brignoli;

Debora da Rocha Sanches Rodrigues;

Fernanda Machado Gabriel Ferreira.

- Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE):

Janine Silva da Penha Siqueira.

2. TÍTULO DO PIE

“Construindo Caminhos para uma Educação Inclusiva: acessibilidade, participação e aprendizagem na Rede Municipal de São Paulo”.

3. DESCRIÇÃO DO CONTEXTO

A Diretoria Regional de Educação São Mateus atende um território marcado pela diversidade cultural, social e educacional, contemplando diferentes realidades escolares e demandas relacionadas à educação inclusiva. As Unidades Educacionais da região vêm ampliando discussões sobre acessibilidade, participação, permanência e aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial, considerando os princípios da equidade e da garantia de direitos.

Nesse contexto, os Profissionais PAAIs desenvolvem ações formativas, acompanhamento pedagógico e articulação intersetorial, visando fortalecer práticas inclusivas e colaborativas nas escolas. Entretanto, ainda são identificadas barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas e arquitetônicas que impactam diretamente o processo de escolarização dos estudantes.

As ações desenvolvidas pelos PAAIs envolvem visitas técnicas às Unidades Educacionais, acompanhamento dos processos de avaliação pedagógica, orientação às equipes gestoras, professores regentes, professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), estagiários e demais profissionais que atuam junto aos estudantes público da Educação Especial. Também são promovidos momentos de escuta qualificada e diálogo com as famílias, contribuindo para a construção de estratégias que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

Nas interações com os estudantes público da Educação Especial (PAEEs), os profissionais realizam observações em diferentes espaços e tempos da rotina escolar, identificando potencialidades, interesses, formas de comunicação, participação social e necessidades de acessibilidade. Essas observações subsidiam orientações pedagógicas voltadas à eliminação de barreiras e à ampliação das oportunidades de aprendizagem, participação e autonomia. O acompanhamento possibilita ainda a análise das condições de acesso ao currículo, dos recursos de tecnologia assistiva utilizados e das estratégias pedagógicas adotadas pela equipe escolar.

O projeto busca promover reflexões e ações práticas voltadas à construção de ambientes educacionais mais acessíveis, acolhedores e participativos, alinhados às legislações vigentes da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP), fortalecendo o trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais da educação. Além disso, pretende potencializar o protagonismo dos estudantes, valorizando suas singularidades e assegurando sua participação efetiva em todas as atividades escolares, contribuindo para a consolidação de uma cultura inclusiva pautada no respeito à diversidade, na garantia de direitos e na promoção da aprendizagem de todos.

4. TEMA

Educação Inclusiva, Acessibilidade e Participação Escolar

O projeto aborda a construção de práticas pedagógicas inclusivas que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes público da Educação Especial, considerando o respeito às diferenças, à diversidade humana e à eliminação de barreiras.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Fortalecer práticas educacionais inclusivas nas Unidades Educacionais da DRE São Mateus, promovendo ações colaborativas voltadas à acessibilidade, participação, aprendizagem e garantia de direitos dos estudantes público da Educação Especial.

5.2 Objetivos Específicos

- Identificar barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais presentes no cotidiano escolar;
- Compartilhar estratégias inclusivas e recursos de acessibilidade;
- Fortalecer o trabalho articulado entre PAAs, PAEEs professores, gestores e equipes escolares;

- Ampliar a participação dos estudantes em diferentes espaços e atividades escolares.

6. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS DA BNCC

O projeto dialoga com competências gerais da BNCC, especialmente:

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento; • Empatia e cooperação; • Responsabilidade e cidadania; • Comunicação; • Repertório cultural; • Pensamento crítico, científico e criativo. | <p>Também contempla o desenvolvimento de competências relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ao respeito à diversidade; • À convivência democrática; • À valorização das diferenças; • À construção de ambientes inclusivos e acessíveis. |
|---|---|

7. CONTEÚDOS

- Educação Inclusiva;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Acessibilidade e eliminação de barreiras;
- Barreiras atitudinais, pedagógicas e comunicacionais;
- Participação e aprendizagem;
- Trabalho colaborativo;
- Desenho Universal para Aprendizagem (DUA);
- Estratégias pedagógicas inclusivas;
- Direitos da pessoa com deficiência;
- Recursos de acessibilidade.

8. RECURSOS DIDÁTICOS

- Materiais pedagógicos acessíveis;
- Recursos visuais e concretos;
- Tecnologias assistivas;
- Slides e vídeos formativos;
- Cartazes e painéis colaborativos;
- Jogos pedagógicos adaptados;
- Materiais impressos acessíveis;
- Pranchas de comunicação alternativa;
- Recursos digitais.

9. DESENVOLVIMENTO DO PIE – ATIVIDADES

Etapa 1 – Sensibilização

- Realização de roda de conversa sobre educação inclusiva;
- Discussão sobre barreiras enfrentadas pelos estudantes;
- Exibição de vídeo ou apresentação temática;
- Reflexão coletiva sobre acessibilidade e participação.



Etapa 2 – Diagnóstico das Barreiras

- Identificação de barreiras presentes na rotina escolar;
- Registro das dificuldades observadas pelas equipes;
- Discussão de estratégias para eliminação das barreiras;
- Levantamento de práticas inclusivas já existentes.



Etapa 3 – Construção de Estratégias Inclusivas

- Elaboração coletiva de propostas pedagógicas acessíveis;
- Compartilhamento de recursos e adaptações pedagógicas;
- Discussão sobre estratégias colaborativas;
- Planejamento de ações inclusivas nas Unidades Educacionais.



Etapa 4 – Vivências e Socialização

- Desenvolvimento de oficinas pedagógicas;
- Socialização das experiências realizadas;
- Compartilhamento de boas práticas;
- Produção de registros reflexivos.



Etapa 5 – Culminância

- Exposição das ações desenvolvidas;
- Socialização dos aprendizados;
- Apresentação das práticas inclusivas construídas;
- Reflexão coletiva sobre os avanços e desafios.



10. AVALIAÇÃO

A avaliação deste projeto ocorrerá de forma processual, formativa e contínua, configurando-se como um instrumento dinâmico e permanente para acompanhar o desenvolvimento profissional e institucional, com o objetivo de diagnosticar avanços e valorizar o percurso formativo dos educadores. Nesse sentido, o acompanhamento estruturar-se-á a partir de eixos fundamentais que analisam desde o comportamento individual até os reflexos práticos na comunidade escolar. Inicialmente, será considerada a participação ativa e qualificada dos profissionais de educação, observando-se não apenas a presença, mas a relevância de suas contribuições nas discussões teóricas e atividades propostas. Complementarmente, avaliar-se-á o envolvimento coletivo e o grau de engajamento dos educadores, valorizando o espírito de colaboração e a corresponsabilidade no planejamento e na execução das propostas desenvolvidas em equipe.

O processo investigará também a dimensão reflexiva da prática pedagógica, mensurando a profundidade das reflexões apresentadas pelos participantes ao longo do percurso e sua capacidade de articular os estudos teóricos com os desafios cotidianos da escola. O desdobramento mais prático dessa formação será avaliado por meio da aplicação efetiva de estratégias inclusivas e metodologias diversificadas no dia a dia das salas de aula. Para que essas ações gerem memória pedagógica e possam ser analisadas, haverá uma exigência quanto à regularidade e organização dos registros das ações desenvolvidas pelos profissionais. Por fim, a avaliação culminará na análise dos impactos reais gerados na cultura escolar, investigando as transformações e melhorias observadas na participação e na acessibilidade dos estudantes.

Para subsidiar e documentar todos esses critérios de maneira fidedigna, o projeto mobilizará múltiplos instrumentos de coleta de dados e registros documentais. Serão utilizados relatórios e registros escritos, tanto individuais quanto coletivos, que detalhem as percepções e análises do percurso pedagógico. Somado a isso, haverá o uso de fotografias documentais focadas estritamente em materiais didáticos, recursos produzidos e ambientes adaptados, assegurando o cumprimento das normas éticas ao garantir o absoluto anonimato e o respeito à privacidade das crianças, sem qualquer

exposição de suas imagens. O portfólio de evidências será enriquecido, ainda, pelas produções pedagógicas e planos de aula elaborados nas oficinas, por relatos reflexivos que traduzam as mudanças de postura profissional e por observações sistemáticas realizadas diretamente durante a execução das atividades.

11. CRONOGRAMA

ETAPA – 1ª SEMANA

Sensibilização e formação inicial

Apresentação do projeto, estudo das legislações vigentes sobre Educação Inclusiva, reflexão sobre práticas pedagógicas inclusivas e identificação das demandas das Unidades Educacionais.

ETAPA – 2ª SEMANA

Diagnóstico das barreiras

Levantamento e análise das barreiras atitudinais, pedagógicas, comunicacionais e arquitetônicas presentes nos contextos escolares, por meio de observações, registros e discussões coletivas.

ETAPA – 3ª SEMANA

Construção de estratégias inclusivas

Planejamento colaborativo de ações e recursos acessíveis, elaboração de adaptações pedagógicas, seleção de tecnologias assistivas e definição de estratégias para eliminação de barreiras.

ETAPA – 4ª SEMANA

Oficinas e socialização

Realização de oficinas pedagógicas inclusivas, troca de experiências entre os participantes, apresentação de materiais adaptados, recursos visuais e

práticas exitosas desenvolvidas nas escolas.

ETAPA – 5ª SEMANA

Culminância e avaliação

Socialização dos resultados, exposição dos materiais produzidos, avaliação das ações realizadas, registro das aprendizagens e encaminhamentos para continuidade das práticas inclusivas.

12. REFERÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, as diretrizes para a universalização do atendimento às pessoas com deficiência. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006 (Promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009).

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: MEC, 2018.

SÃO PAULO (Município). **Decreto nº 57.379, de 13 de outubro de 2016**. Institui a Política Paulistana de Educação Especial e organiza o Atendimento

Educacional Especializado (AEE) na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo: Diário Oficial da Cidade.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Instrução Normativa SME nº 14/2025**. Dispõe sobre as diretrizes, orientações e procedimentos para o atendimento de estudantes público-alvo da Educação Especial. São Paulo: SME.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Educação Especial**. São Paulo: SME/COPED.

13. RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliação das discussões sobre educação inclusiva;
- Fortalecimento do trabalho colaborativo nas escolas;
- Maior compreensão sobre acessibilidade e eliminação de barreiras;
- Compartilhamento de práticas pedagógicas inclusivas;
- Fortalecimento da participação dos estudantes público da Educação Especial;
- Sensibilização da comunidade escolar sobre inclusão e equidade.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Integrador Escolar desenvolvido pelos Profissionais de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAls) e pelos Professores de Atendimento Educacional Especializado (PAEEs) da Diretoria Regional de Educação São Mateus constitui-se como uma importante ação de fortalecimento da cultura inclusiva nas Unidades Educacionais do território. Fundamentado nos princípios da educação inclusiva, da equidade, da acessibilidade e da garantia de direitos, o projeto promove espaços de reflexão, estudo, planejamento colaborativo e construção de práticas pedagógicas que reconhecem e valorizam a diversidade humana presente nas escolas.

Ao longo de seu desenvolvimento, as ações propostas possibilitam a ampliação dos conhecimentos dos profissionais da educação acerca das necessidades educacionais dos estudantes público da Educação Especial, favorecendo a identificação e a superação das barreiras atitudinais, comunicacionais, pedagógicas, metodológicas e arquitetônicas que ainda limitam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem desses estudantes. Nesse processo, o trabalho colaborativo entre gestores, professores, PAAs, PAEEs, equipes multidisciplinares e demais profissionais da educação fortalece a corresponsabilidade pela construção de ambientes escolares mais acessíveis, acolhedores e participativos.

As atividades desenvolvidas durante o projeto incentivam a análise crítica das práticas pedagógicas, a elaboração de estratégias inclusivas, o compartilhamento de experiências exitosas e a utilização de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, contribuindo para a qualificação do atendimento educacional e para a efetivação dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Além disso, favorecem a construção de uma rede de apoio entre os profissionais, ampliando as possibilidades de intervenção pedagógica e de atendimento às singularidades dos estudantes.

A avaliação contínua das ações permite identificar avanços, desafios e possibilidades de aprimoramento das práticas desenvolvidas, assegurando que o projeto permaneça alinhado às demandas reais das Unidades Educacionais e aos objetivos da Rede Municipal de Ensino. Dessa forma, o PIE ultrapassa a dimensão de uma ação pontual e configura-se como um movimento permanente de formação, sensibilização e transformação dos contextos escolares, fortalecendo o compromisso institucional com a promoção da educação inclusiva.

Em consonância com a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto Municipal nº 57.379/2016 e a Instrução Normativa SME nº 14/2025, o projeto reafirma o compromisso da Diretoria Regional de Educação São Mateus com a construção de uma escola pública democrática, acessível e socialmente referenciada. Mais do que garantir o acesso dos estudantes à escola, busca

assegurar sua participação efetiva, o desenvolvimento de suas potencialidades e o pleno exercício de seus direitos, consolidando uma educação que reconhece as diferenças como elemento constitutivo da aprendizagem e da convivência humana.

Nesse sentido, o Projeto Integrador Escolar representa uma oportunidade de mobilização coletiva para o fortalecimento das práticas inclusivas na Rede Municipal de Ensino, contribuindo para a formação de profissionais mais sensíveis às questões da diversidade, para a qualificação dos processos pedagógicos e para a construção de uma escola que acolhe, respeita, valoriza e ensina a todos, sem exceção.